COMITÊ NACIONAL DE CERIMONIAL E PROTOCOLO – CNCP/BRASIL
ESTATUTO SOCIAL

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
196159
Registro de Pessoas Jurídicas

(Aprovado em 31/08/2026)

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
196158
Registro de Pessoas Jurídicas
EFEITO

Capítulo I
Da Constituição, Duração, Sede, Foro e Fins

Art. 1º O Comitê Nacional de Cerimonial e Protocolo – CNCP/Brasil, fundado sob a denominação de Comitê Nacional do Cerimonial Público, aos vinte e nove dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e três, na cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, quando da realização do I Encontro Nacional do Cerimonial Público – I ENCEP, é uma associação civil, sem fins lucrativos, constituída de pessoas físicas e jurídicas, possuindo as seguintes finalidades:

I - congregar os seus membros e fomentar a mútua colaboração, apoio, participação e integração entre os que exercem funções e atividades na área de cerimonial;

II - promover o ensino, os estudos, a pesquisa e a cultura;

III - promover a assistência social;

IV - promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais;

V - promover o voluntariado.

§ 1º No desenvolvimento das suas atividades, o CNCP/Brasil observará os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

§ 2º O CNCP/Brasil não distribui, entre seus filiados e membros dos poderes, excedentes operacionais brutos ou líquidos, dividendos,

bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.

Art. 2º O CNCP/Brasil tem prazo de duração indeterminado e sede permanente na Capital Federal, podendo ser instalada subsede no domicílio do Presidente, onde também ficará estabelecido foro competente.

Parágrafo único. O CNCP/Brasil será representado, em juízo ou fora dele, por seu Presidente.

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
196159
Registro de Pessoas Jurídicas

Capítulo II
Dos Objetivos

Art. 3º O Comitê tem por objetivos:

I - congregar as pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, em nível da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que executem tarefas de cerimonial e protocolo;

II - estimular a formação de executivos especialistas em assuntos de cerimonial e protocolo;

III - manter canais e meios sobre cerimonial e protocolo, promovendo publicações e conteúdos destinados aos membros filiados e demais segmentos relacionados à área, fortalecendo as relações institucionais e o intercâmbio profissional;

IV - organizar congressos, seminários, simpósios, jornadas, encontros, cursos e reuniões para estudos, debates e esclarecimento de assuntos pertinentes ao cerimonial e protocolo;

V - estabelecer intercâmbio com instituições governamentais e não governamentais e demais organizações nacionais e internacionais, nos assuntos pertinentes ao cerimonial e protocolo;

VI - valorizar a prática do cerimonial como uma atividade sumamente importante nas instituições públicas e privadas;

VII - desenvolver e estimular pesquisas de interesse do cerimonial em suas diversas especialidades;

VIII - estabelecer convênios, termos de cooperação e formas de prestação de serviços nas áreas da cultura, esporte e lazer, voluntariado, assistência social e cidadania.

Capítulo III
Dos Membros Filiados, Categorias, Contribuições, Admissão e Títulos

Art. 4º O quadro de membros do CNCP/Brasil é constituído por pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, em nível da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e mesmo do exterior, que exercem as funções de cerimonial e protocolo ou atividades correlatas.

Art. 5º – Os membros do CNCP Brasil classificam-se nas seguintes categorias:

I – **Membros Filiados Efetivos**:

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
196159
Registro de Pessoas Jurídicas

a) Fundadores;

b) Efetivos – pessoa física;

c) Efetivos – pessoa jurídica;

d) Eméritos.

§ 1º São **Membros Fundadores** as pessoas que, presentes, assinaram a ata constitutiva do Comitê, no dia 29 de outubro de 1993, na cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, por ocasião da realização do I Encontro Nacional do Cerimonial Público – I ENCEP.

§ 2º São **Membros Efetivos – pessoa física** as pessoas naturais que se filiam ao CNCP Brasil mediante preenchimento de ficha de admissão,

observados os requisitos estabelecidos neste Estatuto e nas demais normas da entidade, com deferimento pela Diretoria.

§ 3º São **Membros Efetivos – pessoa jurídica** as pessoas jurídicas que se filiam ao CNCP Brasil mediante preenchimento de ficha de admissão, observados os requisitos estabelecidos neste Estatuto e nas demais normas da entidade, com deferimento pela Diretoria.

§ 4º São **Membros Eméritos** os filiados ou ex-filiados do CNCP Brasil que tenham prestado serviços de relevante contribuição para o desenvolvimento, o fortalecimento institucional ou a projeção da entidade, assim reconhecidos na forma deste Estatuto.

Art. 6º – O CNCP Brasil poderá conceder os seguintes títulos honoríficos:

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
196159
Registro de Pessoas Jurídicas

I – Benemérito;

II – De Honra;

III – Honorário.

§ 1º É concedido o título de Benemérito às pessoas físicas ou jurídicas que contribuam ou tenham contribuído com significativo suporte financeiro ao CNCP/Brasil, de modo a impulsionar seus projetos em curso, sendo por este assim reconhecidos.

§ 2º É concedido o título De Honra às pessoas de notório saber em cerimonial e protocolo e/ou por haver contribuído nas relações institucionais junto ao CNCP/Brasil.

§ 3º O título Honorário poderá ser concedido a personalidades brasileiras ou estrangeiras que tenham contribuído de forma significativa para a história, o reconhecimento, a projeção ou o desenvolvimento do CNCP Brasil.

§ 4º A concessão dos títulos honoríficos dependerá de proposta fundamentada e de aprovação do Colegiado.

§ 5º Os títulos honoríficos possuem caráter exclusivamente honorífico e vitalício, podendo ser revogados pelo Colegiado em caso de conduta

incompatível com os princípios e valores institucionais do CNCP Brasil, após apreciação e parecer do Conselho de Ética do CNCP Brasil.

§ 6º Os agraciados receberão documento oficial que certifique a concessão do respectivo título.

§ 7º A concessão de título honorífico não implica, por si só, filiação ao CNCP Brasil, nem confere ao agraciado a condição de Membro Filiado Efetivo ou os direitos e prerrogativas inerentes a essa condição.

Art. 7º - Os membros filiados ao CNCP/Brasil contribuirão anualmente com valor fixado por ato da Presidência, após aprovação do Colegiado.

§ 1º Os membros Eméritos estão isentos, podendo contribuir facultativamente com a anuidade institucional.

§ 2º Em reconhecimento à sua contribuição histórica para o CNCP/Brasil, os membros Fundadores que tenham completado 70 (setenta) anos de idade ficam dispensados da obrigatoriedade da contribuição anual, podendo realizá-la de forma facultativa.

§ 3º Os novos membros, pessoas físicas ou jurídicas, pagarão integralmente o valor da anuidade correspondente ao exercício vigente quando a filiação ocorrer no primeiro semestre.

§ 4º Os novos membros, pessoas físicas ou jurídicas, pagarão 50% (cinquenta por cento) do valor da anuidade correspondente ao exercício vigente quando a filiação ocorrer no segundo semestre.

Art. 8º - Os Membros Fundadores e Efetivos poderão votar e ser votados para os cargos eletivos, na forma das normas eleitorais estabelecidas para o respectivo pleito.

Art. 9º - O pedido de filiação de membro efetivo, pessoa física ou jurídica, será apresentado ao presidente, que designará relator para analisar e emitir parecer, sendo obrigatório o critério de ter experiência comprovada no exercício da atividade profissional de cerimonialista, mestre de cerimônias e suas correlatas por, no mínimo, doze meses;

Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
196159
Registro de Pessoas Jurídicas

Art. 10. As pessoas que, comprovadamente, hajam contribuído para o engrandecimento da causa do cerimonial poderão ser agraciadas com prêmios outorgados pelo CNCP/Brasil.

Parágrafo único. A denominação dos prêmios e os critérios para sua outorga serão definidos em atos administrativos e regulamentos próprios.

Capítulo IV
Dos Direitos e Deveres dos Membros Efetivos

Art. 11. São direitos dos membros efetivos:

I - participar de todas as reuniões plenárias do CNCP/Brasil;

II - usufruir de benefícios ou serviços que vierem a ser criados;

III - participar, com prioridade, de congressos, simpósios, seminários, encontros, palestras, cursos e estágios que venham a ser promovidos pelo CNCP/Brasil;

IV - participar, na forma deste Estatuto, de toda e qualquer eleição, exercendo o direito de votar e ser votado;

V - receber gratuitamente, quando for o caso, publicações de qualquer natureza que venham a ser produzidas ou recebidas pelo CNCP/Brasil;

VI - requerer à Diretoria, por escrito, qualquer informação, medida ou providência do seu interesse, consoante e salvaguardados os interesses do CNCP/Brasil e de seus membros, em qualquer das categorias;

VII - solicitar, por escrito, seu desligamento do quadro de membros do CNCP/Brasil;

Parágrafo único. A contribuição associativa cessará a partir do exercício subsequente ao da formalização do pedido de desligamento, permanecendo o associado responsável pelas obrigações financeiras

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
196159
Registro de Pessoas Jurídicas

eventualmente vencidas até a data de recebimento pelo Presidente do pedido de desligamento.

VIII - recorrer de decisão da Diretoria ao Colegiado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias do recebimento da comunicação.

Art. 12. São deveres dos membros efetivos:

1° Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
196159
Registro de Pessoas Jurídicas

I - pagar a contribuição anual;

II - comparecer às reuniões da Assembleia Geral;

III - cumprir o disposto neste Estatuto e contribuir para o seu cumprimento, bem como de atos e decisões legítimas tomadas pelos órgãos do CNCP/Brasil;

IV - levar ao conhecimento da Diretoria assuntos, notícias e informações sobre cerimonial, do interesse da instituição a que estejam ligados.

Art. 13. Perderá a condição de membro filiado ao CNCP/Brasil a pessoa física ou jurídica que:

I - tornar-se inadimplente pelo descumprimento da obrigação prevista no inciso I do artigo anterior, combinado com o art. 7º, por dois anos consecutivos, considerando-se a inadimplência justa causa para abertura do processo de exclusão;

II - sofrer penalidade disciplinar, nos termos art. 43, **I** e **II**.

§ 1º A exclusão de filiado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em processo ético-disciplinar que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos neste Estatuto, em conformidade com o art. 57 do Código Civil Brasileiro.

§ 2º A perda da condição de membro filiado acarreta automaticamente a extinção dos direitos dela resultantes, inclusive do número de filiação anteriormente atribuído pelo CNCP/Brasil, o qual não será mantido, reservado ou restabelecido em caso de futuro reingresso.

§ 3º O ex-filiado que desejar retornar ao quadro de membros do CNCP/Brasil deverá submeter-se a novo processo de filiação, observando integralmente os requisitos, critérios de admissão e procedimentos previstos neste Estatuto para novos membros, não lhe sendo assegurado qualquer prerrogativa decorrente da filiação anterior.

§ 4º Iniciado o processo ético-disciplinar para apuração de irregularidade, não se admitirá pedido voluntário de desligamento previsto no inciso VII do art. 11.

§ 5º Não haverá devolução total ou parcial de anuidade ao membro desligado do CNCP/Brasil.

Art. 14. Os membros não respondem direta ou indiretamente pelas obrigações contraídas pelo CNCP/Brasil, resultantes de atos de gestão ou em razão dos seus objetivos e finalidades.

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
196159
Registro de Pessoas Jurídicas

Capítulo V
Da Organização

Art. 15. Integram a estrutura do CNCP/Brasil:

I - Instâncias de Decisão:
a) Assembleia Geral;
b) Presidência;
c) Colegiado;
d) Diretorias;
e) Conselho Fiscal;
f) Conselho de Ética;
g) Coordenadorias Regionais;
h) Representações nos Estados e no Distrito Federal.

II - Conselho de ex-Presidentes

III - Fórum Brasileiro de Mestres de Cerimônias – McFórum

IV - Núcleo de Cerimonial Social

§ 1º O CNCP/Brasil adota os seguintes instrumentos administrativos para as decisões emanadas dos seus órgãos competentes:

I - Resolução: Assembleia Geral, Colegiado e Diretoria;

II - Ato Normativo: Colegiado;

III - Ato Recomendatório: Colegiado;

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
196159
Registro de Pessoas Jurídicas

IV - Ato da Presidência: Presidente do CNCP/Brasil;

V - Parecer: Conselhos Fiscal e de Ética;

VI - Proposição: Coordenadorias Regionais e Representações nos Estados e no Distrito Federal.

§ 2º Os membros da estrutura do CNCP/Brasil não farão jus a qualquer pagamento ou remuneração pelo exercício de suas funções.

§ 3º Os ocupantes dos cargos de direção, especificados no art. 20, quando titulares de empresas privadas, promotoras de eventos, estão impedidos de realizar suas atividades particulares sob o patrocínio do CNCP/Brasil, assegurados seus direitos de certificação, como previsto no art. 9º deste Estatuto Social.

Seção I
Da Assembleia Geral

Art. 16. A Assembleia Geral é o órgão soberano do CNCP/Brasil e se constitui de todos os membros efetivos que estejam em gozo dos seus direitos estatutários.

§ 1º A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em caráter obrigatório uma vez por ano, e extraordinariamente, quando convocada nos termos deste Estatuto, para manifestar-se sobre assunto relevante, de modo presencial e/ou remoto.

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
196159
Registro de Pessoas Jurídicas

Art. 17. À Assembleia Geral compete:

I - homologar o resultado das eleições majoritárias, à vista da ata lavrada pela Comissão constituída para coordenar o processo eleitoral destinado a eleger, pelo voto da maioria, o Presidente, o Vice-Presidente e os membros dos Conselhos Fiscal e de Ética e respectivos suplentes;

II - decidir, pelo voto de no mínimo dois terços dos membros efetivos, em pleno gozo de seus direitos estatutários, sobre a fusão, transformação ou dissolução do Comitê;

III - alterar ou reformar o presente Estatuto, com o voto da maioria dos membros presentes.

Seção II
Do Colegiado

Art. 18. O Colegiado é constituído pelos membros da Diretoria do CNCP/Brasil, pelos membros dos Conselhos Fiscal e de Ética, pelos Coordenadores Regionais e pelos Diretores das Representações nos Estados e no Distrito Federal.

§ 1º O Colegiado será convocado com prazo de 7 (sete) dias, mediante publicação do Edital de Convocação no site do CNCP/Brasil e/ou seu envio por meio de correio eletrônico e/ou aplicativo de mensagem.

§ 2º Para as reuniões do Colegiado e da Diretoria, o Presidente convocará, se necessário, membros do Conselho de ex-Presidentes, Assessores e Consultores da Presidência.

Art. 19. Ao Colegiado compete:

I - aprovar o orçamento anual elaborado pela Diretoria, bem como o valor da anuidade a ser paga pelos filiados;

II - aprovar a prestação de contas e o relatório da Diretoria, à vista do parecer do Conselho Fiscal;

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
196159
Registro de Pessoas Jurídicas

III - aprovar o Código de Ética;

IV - aprovar a criação, a regulamentação e a concessão de prêmios;

V - aprovar as normas para implantação e funcionamento de Representações nos Estados e no Distrito Federal;

VI - decidir sobre questões que lhe forem submetidas na forma deste Estatuto, inclusive no que diz respeito à sua interpretação;

VII - decidir quanto à cidade que irá sediar o seu Congresso Nacional de Cerimonial e Protocolo – CONCEP;

VIII - julgar os pareceres elaborados pelo Conselho de Ética, decorrentes do exame de processos ético-disciplinares;

IX - deliberar sobre as categorias dos membros efetivos;

X - deliberar sobre questões afetas ao Fórum Brasileiro de Mestres de Cerimônias – McFórum e ao Núcleo de Cerimonial Social.

§ 1º As deliberações do Colegiado serão tomadas pela maioria de seus membros presentes à reunião.

§ 2º Os membros do Colegiado não farão jus a qualquer pagamento ou remuneração pelo exercício de suas funções.

Seção III
Da Diretoria

Art. 20. A Diretoria do CNCP/Brasil é constituída de:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - Diretoria Financeira,

IV – Diretoria Administrativa e Patrimonial;

V - Diretoria de Planejamento;

VI - Diretoria de Comunicação,

VII - Diretoria de Relações Internacionais;

VIII - Diretoria de Relações Institucionais;

IX - Diretoria de Estudos, Pesquisas e Inovações;

X - Diretoria de Eventos;

XI - Presidente do Fórum Brasileiro de Mestres de Cerimônias – McFórum;

XII - Presidente do Núcleo de Cerimonial Social.

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
196159
Registro de Pessoas Jurídicas

Parágrafo único. Fica facultado à Diretoria do CNCP/Brasil a criação de comissões especiais, cargos e funções de assessoramento e administrativas, bem como a definição das respectivas atribuições e subordinações.

Art. 21. A Diretoria poderá se reunir e deliberar, a qualquer tempo, com a maioria de seus membros.

Art. 22. A duração dos mandatos eletivos será de 2 (dois) anos, com exercício do mandato a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição, coincidente com o Ano Civil, na forma instituída pela Lei nº 810/1949 e o Exercício Financeiro estabelecido pela Lei nº 4.320/1964, adotado pela Resolução nº 42/2016 do CNCP/Brasil.

Parágrafo único. Qualquer dos membros do CNCP/Brasil poderá ser reeleito por mais um mandato.

Art. 23. A Diretoria poderá contratar e, neste caso, pagará honorários ou salários ajustados para serviços específicos de ordem administrativa e/ou de assessoramento.

Art. 24. À Diretoria compete:

I - administrar o Comitê, cumprindo e fazendo cumprir este Estatuto Social e todas as demais deliberações da Assembleia Geral, do Colegiado e da própria Diretoria, ouvidos, se necessário, os Conselhos e os Assessores da Presidência;

II - elaborar e submeter à aprovação do Colegiado a proposta orçamentária para cada exercício;

III - elaborar e submeter à aprovação do Colegiado a regulamentação e a concessão de prêmios outorgados pelo CNCP/Brasil.

IV - aprovar as normas para a eleição de Presidente, Vice-Presidente e os membros dos Conselhos Fiscal e de Ética, com seus respectivos suplentes, e para a escolha da cidade a sediar o próximo Congresso Nacional de Cerimonial e Protocolo – CONCEP.

Art. 25. São atribuições dos Diretores:

I - participar de todas as reuniões para as quais forem convocados, seja de Diretoria, do Colegiado ou da Assembleia Geral;

II - substituir em seus impedimentos qualquer outro membro da Diretoria, a critério do Presidente;

III - representar o Presidente e o CNCP/Brasil, por delegação, em qualquer parte do País, quando necessário.

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
196159
Registro de Pessoas Jurídicas

Subseção I
Das Atribuições dos Membros da Diretoria

Art. 26. São atribuições do Presidente:

I - presidir o CNCP/Brasil;

II - representar o CNCP/Brasil ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;

III - convocar as reuniões da Diretoria, das Coordenadorias Regionais, do Colegiado e da Assembleia Geral;

IV – nomear Diretores e Coordenadores Regionais;

V - designar técnicos em diferentes áreas do conhecimento como Assessores ou Consultores da Presidência do CNCP/Brasil;

VI - designar os membros integrantes da Comissão Organizadora de cada Congresso Nacional de Cerimonial e Protocolo – CONCEP;

VII - admitir ou contratar trabalhos, serviços ou tarefas de terceiros, inclusive serviços especiais podendo, para tais fins, delegar poderes à quaisquer dos diretores;

VIII - assinar documentos, autorizar pagamentos e dar quitação, conjuntamente com o Diretor Financeiro, quando for o caso;

IX - apresentar nas reuniões ordinárias da Assembleia Geral o Relatório das Atividades do exercício anterior;

X - solucionar problemas emergenciais, *ad referendum* da Diretoria ou do Colegiado, conforme o caso;

XI - dar posse aos membros eleitos para direção das Representações nos Estados e no Distrito Federal;

XII - designar membro da Diretoria, do Conselho Fiscal ou Conselho de Ética em caso de vacância;

XIII - formalizar contratos, termos, convênios e outros necessários ao desempenho das funções administrativas, bem como praticar todos os demais atos necessários para o cabal desempenho da Presidência do CNCP/Brasil;

Parágrafo único. A denominação dos cargos de Diretores e suas respectivas atribuições em cada gestão serão definidos pela Presidência e Vice-Presidência em atos administrativos e regulamentos próprios.

Art. 27. São atribuições do Vice-Presidente:

I – substituir o Presidente nos seus impedimentos;

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
196159
Registro de Pessoas Jurídicas

II - assumir a Presidência, em caso de afastamento definitivo do titular, até o final do seu mandato.

Art. 28. São atribuições do Diretor Financeiro:

I – Responsabilizar-se pelas atividades pertinentes à tesouraria do CNCP/Brasil;

II - Abrir contas bancárias, assinar cheques em parceria com a Presidência, dar quitação e praticar todos os demais atos próprios da gestão econômico-financeira do CNCP/Brasil;

III - Organizar balancetes mensais, balanços anuais, inventários financeiros e tudo mais que se refira às atividades econômicas do CNCP/Brasil, reportando-se à Presidência em todos os seus atos.

Art. 29. São atribuições do Diretor Administrativo e Patrimonial:

I - realizar todas as tarefas de apoio à Diretoria e, em especial, a Presidência do CNCP/Brasil;

II - desenvolver todos os trabalhos de secretaria, inclusive produção e emissão de documentos próprios, necessários ao relacionamento do CNCP/Brasil, em âmbito interno e externo;

III - preparar a correspondência da Presidência, tanto nas atividades de expedição como de recepção;

IV - preparar, montar, organizar e planejar, em conjunto com a Diretoria de Eventos, as reuniões da Diretoria, das Coordenadorias Regionais, do Colegiado e da Assembleia Geral, expedindo com antecedência a convocação e a respectiva pauta a todos os seus membros;

V - secretariar as reuniões, elaborando as respectivas atas;

VI - preparar programas de visitas, de viagens, juntamente com a Diretoria de Relações Institucionais, coordenar os contatos, do e com o Presidente.

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
196159
Registro de Pessoas Jurídicas

com membros do CNCP/Brasil, com pessoas e instituições, em qualquer ponto do País, quando se fizer necessário;

VII - manter atualizados banco de dados, listas de contato (mailing), com nomes, endereços, relações e outros dados necessários a uma pronta utilização pela Diretoria do CNCP/Brasil;

VIII - produzir relatório anual dos assuntos administrativos da Diretoria e do Colegiado do CNCP/Brasil;

IX - praticar todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento de suas atribuições.

Art. 30. São atribuições do Diretor de Planejamento:

I - estabelecer, submeter à apreciação da Diretoria e promover a implantação de políticas, diretrizes e normas a serem adotadas no CNCP/Brasil, para as atividades de Planejamento;

II - promover as ações relacionadas à elaboração do Programa de Metas e Ações do CNCP/Brasil, seu acompanhamento e eventuais revisões;

III - promover a análise do desempenho operacional do CNCP/Brasil, com vistas ao redirecionamento estratégico, quando necessário, e ao balizamento da gestão;

IV - promover a elaboração do planejamento do CNCP/Brasil, de acordo com as diretrizes e metas propostas e acordadas com a Diretoria;

V - promover as ações relacionadas com a implantação da qualidade nas múltiplas operações realizadas pelo CNCP/Brasil;

VI - identificar medidas para aperfeiçoamento dos processos sob responsabilidade da Diretoria;

VII - prestar assistência à Presidência e coordenar assuntos específicos que lhes sejam atribuídos;

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
196159
Registro de Pessoas Jurídica

VIII - promover, em articulação com as Diretorias, projetos que visem à melhoria da qualidade dos serviços prestados;

IX - recomendar à Diretoria e ao Colegiado a adoção, pelo CNCP/Brasil, de princípios gerais, políticas, diretrizes, programas, processos, normas, práticas e procedimentos relacionados com as atividades pelas quais é responsável;

Art. 31. São atribuições do Diretor de Comunicação:

I - gerenciar as atividades de comunicação institucional e marketing, envolvendo planejamento, supervisão, criação, elaboração e implementação de ações estratégicas para consecução de projetos, campanhas e eventos para divulgação do CNCP/Brasil;

II - promover, supervisionar, suprir e manter atualizadas a página do CNCP/Brasil na Internet e as demais mídias sociais vinculadas à instituição;

III - manter atualizado, em conjunto com a Diretoria Administrativa e Patrimonial, banco de dados, listas de contato (*mailing*), com nomes, endereços, relações e outros dados necessários a uma pronta utilização pela Diretoria do CNCP/Brasil;

IV – desenvolver, através da Diretoria de Relações Institucionais, negociação de parcerias com finalidade de promover a publicidade dos eventos realizados pelo CNCP/Brasil;

V - coordenar ações de dinamização com agências de publicidade visando patrocínios e com assessorias de imprensa com o objetivo de divulgar ações do CNCP/Brasil.

Art. 32. São atribuições do Diretor de Relações Internacionais:

I - promover o desenvolvimento de relações entre o CNCP/Brasil e instituições de cerimonial e protocolo de outros países, mediante proposições de protocolo de intenções ou convênios para realização de atividades conjuntas;

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
196159
Registro de Pessoas Jurídicas

II - promover, em conjunto com a Diretoria de Comunicação, a divulgação das atividades do CNCP/Brasil junto a outros países, mediante o encaminhamento de boletins, revistas, jornais e materiais bibliográficos produzidos no Brasil e, se for o caso, traduzidos para o inglês e/ou espanhol, ao menos;

III - construir um cadastro de entidades estrangeiras que congregam ou desenvolvem atividades de cerimonial e protocolo, com as devidas anotações quanto à composição e endereços das autoridades de direção dessas instituições;

IV - promover a divulgação de eventos e cursos de cerimonial e protocolo realizados no exterior, mediante a inserção de notas e convites;

V - auxiliar na captação de material bibliográfico produzido no exterior para formação da biblioteca do CNCP/Brasil, mediante a solicitação de doação de livros, revistas, boletins e outros materiais;

VI - manter linha de acesso, comunicação e facilitação entre o CNCP/Brasil, embaixadas e consulados do Brasil no exterior;

VII - elaborar registro de autoridades estrangeiras vinculadas ao cerimonial e protocolo e que mantenham alguma relação com o CNCP/Brasil;

VIII - auxiliar a Presidência e a Diretoria do CNCP/Brasil no receptivo a autoridades estrangeiras de cerimonial e protocolo, diligenciando as providências necessárias;

IX - desenvolver outras atividades correlatas e as atribuídas pela Presidência e Diretoria do CNCP/Brasil.

Art. 33. São atribuições do Diretor de Relações Institucionais:

I - auxiliar a Presidência e a Diretoria do CNCP/Brasil no intercâmbio entre o Comitê Nacional de Cerimonial e Protocolo e instituições nacionais;

II - auxiliar na elaboração de critérios de intercâmbio institucional;

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
196159
Registro de Pessoas Jurídicas

III - elaborar registro, no CNCP/Brasil, de instituições nacionais com as devidas anotações de sua estrutura de poder e endereço das autoridades de direção;

IV - desenvolver planejamento de ações de cooperação técnica, cultural, social e científica entre o CNCP/Brasil e instituições nacionais;

V - desenvolver outras atividades correlatas e as atividades atribuídas pela Presidência e Diretoria do CNCP/Brasil.

Art. 34. São atribuições do Diretor **de Estudos, Pesquisas e Inovações**:

I – planejar, coordenar, orientar, acompanhar e supervisionar a execução das atividades inerentes à Diretoria, propondo diretrizes, programas, projetos e ações voltadas ao desenvolvimento técnico, científico e institucional do CNCP/Brasil;

II – promover a produção, sistematização e disseminação de conhecimento técnico e científico relacionado ao cerimonial, protocolo, etiqueta, relações institucionais e áreas correlatas, estimulando o intercâmbio de experiências, conteúdos e saberes entre profissionais, instituições e associados;

III – fomentar, apoiar e incentivar a realização de estudos, pesquisas aplicadas, levantamentos técnicos, publicações, diagnósticos, mapeamentos e investigações de interesse institucional, voltados ao fortalecimento, à valorização e ao desenvolvimento do campo do cerimonial e protocolo no Brasil;

IV – incentivar o desenvolvimento, a implementação e a difusão de soluções, metodologias, ferramentas, processos e práticas inovadoras aplicadas ao cerimonial, protocolo, etiqueta e gestão de eventos, com vistas ao aprimoramento contínuo das atividades profissionais e institucionais do setor;

V – contribuir para a modernização institucional do CNCP/Brasil, por meio da proposição de melhorias, atualização de procedimentos, desenvolvimento de instrumentos técnicos, aperfeiçoamento de processos internos e fortalecimento da atuação estratégica da entidade;

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
196159
Registro de Pessoas Jurídicas

VI – identificar, reunir, registrar, sistematizar e difundir boas práticas, experiências exitosas, referências técnicas, estudos de caso e modelos de atuação profissional relacionados ao cerimonial, protocolo, etiqueta e áreas afins, promovendo sua circulação entre os associados e contribuindo para o desenvolvimento técnico e institucional da categoria.

Art. 35. São atribuições do Diretor de Eventos:

I – planejar, organizar, coordenar e executar o cerimonial dos eventos e demais iniciativas institucionais promovidas pelo CNCP/Brasil, quando propostos pela Presidência, Diretorias ou demais órgãos da entidade, zelando pela qualidade técnica, organização, imagem institucional e cumprimento dos objetivos estabelecidos;

II – chefiar, coordenar e supervisionar o cerimonial das atividades oficiais, protocolares e institucionais do CNCP/Brasil, assegurando a observância das normas e demais procedimentos aplicáveis à adequada condução dos atos e eventos da entidade;

III – elaborar, propor, organizar e coordenar a programação cultural vinculada às atividades institucionais e eventos promovidos pelo CNCP/Brasil, acompanhando sua execução e incentivando ações que valorizem a cultura, a integração entre os participantes e o fortalecimento das relações institucionais e associativas;

IV – elaborar, propor e submeter ao Colegiado diretrizes, normas técnicas, procedimentos, orientações e padrões de referência para o planejamento, organização e realização de eventos promovidos pelo CNCP/Brasil ou realizados sob sua chancela institucional.

Art. 36. São atribuições do Presidente do Fórum Brasileiro de Mestres de Cerimônias - McFórum:

I - desenvolver eventos relacionados especificamente aos Mestres de Cerimônias, em ação conjunta com o Diretor de Eventos;

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
196159
Registro de Pessoas Jurídicas

II - apresentar o Plano de Ação do McFórum para aprovação pelo Colegiado, bem como coordenar sua execução;

III - organizar o Cadastro dos Mestres de Cerimônias filiados;

IV - colaborar com a Diretoria de Comunicação na elaboração das estratégias de comunicação do McFórum.

Art. 37. São atribuições do Presidente do Núcleo de Cerimonial Social:

I – coordenar, orientar, acompanhar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Cerimonial Social, promovendo o alinhamento de suas ações com os objetivos institucionais, diretrizes estratégicas e finalidades do CNCP/Brasil;

II – promover a integração entre profissionais, associados, instituições e demais agentes relacionados ao cerimonial social, estimulando o intercâmbio de experiências, a cooperação técnica, o fortalecimento da rede de relacionamento profissional e a valorização do setor em âmbito nacional;

III – estimular, apoiar e incentivar estudos e iniciativas voltadas ao aprofundamento, desenvolvimento, atualização e aperfeiçoamento contínuo do cerimonial social e de suas interfaces com protocolo, etiqueta, eventos e relações institucionais;

IV – representar o Núcleo de Cerimonial Social perante as Diretorias, órgãos internos do CNCP/Brasil, associados, instituições públicas e privadas, entidades parceiras e demais espaços de articulação, sempre que necessário ou quando designado, defendendo seus interesses, pautas e propostas institucionais;

V – submeter à apreciação da Presidência propostas, programas, projetos, recomendações, estudos técnicos, ações institucionais e iniciativas relacionadas ao desenvolvimento, fortalecimento e valorização do cerimonial social no âmbito da entidade.

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
196159
Registro de Pessoas Jurídica

Seção IV
Do Conselho Fiscal.

Art. 38. O Conselho Fiscal é constituído de três conselheiros titulares, sendo um presidente e dois vogais, e mais três suplentes, todos eleitos dentre os membros efetivos do Comitê, com mandatos coincidentes com os da Diretoria, podendo igualmente serem reeleitos por mais um mandato.

Parágrafo único. O presidente do Conselho Fiscal será eleito entre os membros titulares por voto dos seus pares.

Art. 39. Nos casos de impedimento ou vacância dos conselheiros titulares, estes serão substituídos na forma respectiva, o presidente pelo vogal mais idoso e os vogais pelos suplentes, prevalecendo a ordem de idade.

Art. 40. Ao Conselho Fiscal compete:

I - examinar e aprovar os balancetes mensais, os balanços anuais e as contas da Diretoria, publicando sua decisão no site do CNCP/Brasil;

II - opinar sobre a previsão e as questões orçamentárias para cada exercício fiscal.

Seção V
Do Conselho de Ética

Art. 41. O Conselho de Ética é constituído de três conselheiros titulares, sendo um presidente e dois vogais, e mais três suplentes, todos eleitos dentre os membros efetivos do Comitê, com mandatos coincidentes com os da Diretoria, podendo igualmente serem reeleitos por mais um mandato.

Art. 42. Nos casos de impedimento ou vacância dos conselheiros titulares, estes serão substituídos na forma respectiva, o presidente pelo vogal mais idoso e os vogais pelos suplentes, prevalecendo a ordem de idade.

Art. 43. Ao Conselho de Ética compete:

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
196159
Registro de Pessoas Jurídicas

I - apurar denúncias formalmente apresentadas e devidamente identificadas, garantido o sigilo da identidade do denunciante até a conclusão do processo, sobre procedimentos supostamente irregulares dos filiados ao Comitê, através de processo ético-disciplinar, assegurando-lhes o contraditório e o direito de ampla defesa;

II - emitir parecer e propor ao Colegiado a aplicação de penalidades, nos casos de comprovada transgressão ao Código de Ética, após a devida instrução processual;

III - emitir parecer ético sobre as pesquisas a serem desenvolvidas no Comitê;

IV - orientar e responder a consultas em tese.

V – a apuração das denúncias e a aplicação das respectivas penalidades observarão as disposições previstas no Código de Ética do CNCP Brasil.

Seção VI
Das Coordenadorias Regionais

Art. 44. As Coordenadorias Regionais são órgãos aos quais compete supervisionar e orientar as Representações nos Estados e no Distrito Federal sob sua jurisdição.

§1º As Regiões e os Estados que as compõem serão definidos por ato do Presidente.

§ 2º Para cada uma das Regiões definidas, o Presidente do Comitê designará como Coordenador um membro efetivo nela residente.

Art. 45. São atribuições dos Coordenadores Regionais:

I - estimular a implantação e o crescimento das Representações nos Estados e no Distrito Federal;

II - orientar e acompanhar o desenvolvimento das suas atividades;

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
196159
Registro de Pessoas Jurídicas

III - promover o intercâmbio entre os Estados da sua Região;

IV - realizar avaliações conjuntas sobre o andamento dos trabalhos;

V - encaminhar relatórios e pareceres à Diretoria, quando solicitados.

Seção VII
Das Representações nos Estados e no Distrito Federal

Art. 46. As Representações nos Estados e no Distrito Federal são órgãos diretamente subordinados à Coordenadoria da Região em que se situam, competindo-lhes disseminar nos Estados e no Distrito Federal a filosofia e os princípios do Comitê, expressos nos capítulos I e II deste Estatuto.

Art. 47. As Representações nos Estados e no Distrito Federal serão constituídas exclusivamente por membros filiados ao Comitê, em dia com suas obrigações estatutárias.

Parágrafo único. Para a constituição da Representação Estadual é necessário um número mínimo de 5 (cinco) filiados adimplentes, dentre os quais o presidente, com a contribuição do Coordenador Regional, designará o Diretor da representação.

Art. 48. Serão fixadas, por meio de ato da Presidência, as normas para composição e implantação das Representações nos Estados e no Distrito Federal, bem como as condições para o seu funcionamento.

Seção VIII
Do Conselho de ex-Presidentes

Art. 49. O Conselho de ex-Presidentes é órgão de aconselhamento e assessoramento da Presidência e demais membros das Diretorias do Comitê.

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
196159
Registro de Pessoas Jurídicas

Seção IX
Do Fórum Brasileiro de Mestres de Cerimônias – McFórum

Art. 50. O Fórum Brasileiro de Mestres de Cerimônias – McFórum se constitui como unidade responsável pela mobilização da categoria de Mestres de Cerimônias, promovendo a interação por meio de debates sobre temas específicos, caracterizando-se como fórum aberto, portanto, com participação mediante filiação ao CNCP/Brasil, cadastro e declaração de ciência e concordância com as políticas e condições de participação.

§1º O Fórum Brasileiro de Mestres de Cerimônias – McFórum será administrado pelo Presidente nomeado pelo Presidente do CNCP/Brasil.

§ 2º A inscrição no Fórum Brasileiro de Mestres de Cerimônias – McFórum dar-se-á por meio de solicitação formal do candidato, satisfeitos os critérios elencados no art. 9º deste Estatuto Social, naquilo que concerne ao exercício da atividade profissional de Mestre de Cerimônias

Seção X
Do Núcleo de Cerimonial Social

Art. 51. O Núcleo de Cerimonial Social constitui-se como unidade de caráter consultivo, técnico e colaborativo, responsável pela mobilização dos profissionais que atuam no cerimonial social, promovendo a interação por meio de debates, estudos e proposições sobre temas específicos da área.

§1º - O Núcleo atuará em alinhamento com as diretrizes institucionais do CNCP/Brasil, não possuindo autonomia deliberativa, sendo suas ações submetidas à apreciação e validação da Presidência e da Diretoria.

§2º - São aspectos característicos e do funcionamento do Núcleo de Cerimonial Social:

I - o Núcleo de Cerimonial Social será coordenado por Presidente nomeado pela Presidência do CNCP/Brasil;

Cartório de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registr
196159
Registro de Pessoas Juridi

II - a participação no Núcleo de Cerimonial Social dar-se-á por meio de solicitação do interessado, satisfeitos os critérios elencados no art. 9º deste Estatuto Social, com posterior homologação pela Presidência do CNCP/Brasil;

III - o Núcleo terá caráter voluntário, não gerando vínculo remuneratório de qualquer natureza.

Capítulo VI
Do Regime Patrimonial e Financeiro

Art. 52. O patrimônio do Comitê é constituído do conjunto de todos os bens móveis e imóveis, valores e direitos de que seja titular, na data da aprovação deste Estatuto, acrescidos dos que venham a se formar por aquisições, doações, legados, subvenções, contribuições dos membros filiados e outras rendas.

Parágrafo único. O patrimônio ficará sob a guarda e responsabilidade da Diretoria do Comitê e das Diretorias das Representações nos Estados e no Distrito Federal, quando for o caso, sendo o seu registro feito dentro das normas regulamentares.

Art. 53. Em caso de dissolução do Comitê, o seu patrimônio será alienado da forma como decidir a Assembleia Geral, respeitadas as disposições legais aplicáveis.

Art. 54. Os recursos financeiros do Comitê provirão das seguintes fontes:

I - contribuição anual dos membros e entidades filiadas;

II - subvenções e auxílios pecuniários de qualquer natureza, legados, doações, prêmios e outros;

III - serviços prestados a terceiros, na área do cerimonial público, privado e atividades correlatas;

IV - seminários, encontros nacionais e regionais, cursos e outros eventos;

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
196159
Registro de Pessoas Jurídi

V - captação de recursos públicos e/ou privados mediante convênios e parcerias.

Capítulo VII
Das Disposições Gerais

Art. 55. Nos casos de vacância nos cargos do Conselho Fiscal e do Conselho de Ética, fica a cargo do Presidente do CNCP/Brasil autorizado a proceder à designação de substituição.

Art. 56. O Comitê poderá firmar com órgãos e entidades públicos ou instituições e empresas privadas convênios ou contratos, em consonância com seus objetivos e em obediência às normas estabelecidas em Lei.

Art. 57. Os membros do Colegiado, da Diretoria ou dos Conselhos poderão ser destituídos por deliberação da Assembleia Geral, tomada por maioria simples dos votos dos filiados que se encontrarem em pleno gozo de seus direitos estatutários, nos casos de violação às normas estatutárias e ao Código de Ética, que justifique o ato.

Art. 58. Este Estatuto somente poderá ser reformulado ou alterado em reunião da Assembleia Geral do CNCP/Brasil, devendo, para tal fim, ser convocada nos moldes previstos.

Art. 59. O Comitê Nacional de Cerimonial e Protocolo – CNCP/Brasil somente será dissolvido por deliberação de, no mínimo, dois terços da totalidade de seus membros efetivos, em pleno gozo de seus direitos estatutários, em reunião da Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim.

Parágrafo único. Ocorrendo o previsto no *caput*, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais referidas no parágrafo único do art. 56 da Lei nº 10.406/2002 será destinado a entidade de fins não econômicos e finalidade idêntica ao CNCP/Brasil.

Art. 60. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, *ad referendum* do Colegiado.

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
196159
Registro de Pessoas Jurídicas

Art. 61. Este Estatuto entrará em vigor na data da sua aprovação, devendo ser publicado, na íntegra, no *site* do CNCP/Brasil.

Art. 62. Revogam-se as disposições em contrário.

gov.br Documento assinado digitalmente
CLEIFANY VENEROSO INACIO DE ALMEIDA
Data: 10/09/2026 21:37:04-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Brasília, 31 de agosto de 2026

CLEIFANY VENEROSO INÁCIO DE ALMEIDA
Presidente do CNCP/Brasil

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
196159
Registro de Pessoas Jurídicas

gov.br Documento assinado digitalmente
RENATO OLIVEIRA MOTA
Data: 10/09/2026 11:11:40-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

RENATO OLIVEIRA MOTA
ADVOGADO
OAB/GO nº 29.446

Cartório Marcelo Ribas
1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL, CASAMENTOS, PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
SCS Qd. 08 Bl. B-60 Sala 140-E Venâncio Shopping - Asa Sul - Brasília-DF CEP: 70.333-900
Site: www.cartoriomarceloribas.com.br Email: cartoriomribas-df@terra.com.br Tel.: (61) 3224-4026

Registrado e Arquivado sob o número 00010432 do livro n. A-57.
Dou fé. Protocolado e digitalizado sob nº00196159
Em 22/09/2026 Dou fé.
Titular: Marcelo Caetano Ribas
Rosimar Alves de Jesus
Selo: TJDFT20260210076620VPPN
Para consultar www.tjdft.jus.br

Emolumentos: R$276.76